



# Diário Oficial



Nº 12.859 - Ano LI

Terça-feira, 14 de junho de 2022

Prefeitura Municipal de Campinas  
[www.campinas.sp.gov.br](http://www.campinas.sp.gov.br)

## PORTARIA ASSINADA PELO SENHOR SECRETÁRIO

### PORTARIA Nº 6/2022

**PMC.2021.00058934-64**

*DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE FARMACOVIGILÂNCIA E TECNOVIGILÂNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA*

O Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais; e:

**CONSIDERANDO** as disposições contidas no artigo 6º, no inciso II do artigo 23 e nos artigos 196, 197 e artigo 200 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

**CONSIDERANDO** os termos do artigo 79, da Lei Federal n.º 6.360, de 23-9-76, no qual está inscrito que "todos os informes sobre acidentes ou reações nocivas causadas por medicamentos serão transmitidos à autoridade sanitária competente";

**CONSIDERANDO** o estabelecido na Lei nº 8.080, de 19-9-90 (Lei Orgânica da Saúde) e na Lei Estadual Complementar n.º 791, de 9-3-95 (Código de Saúde no Estado), que dispõem sobre a promoção e a proteção da saúde e, ainda, na Lei nº 10.083, de 23-9-98 (Código Sanitário do Estado), que em seu artigo 38 dispõe sobre a competência da autoridade sanitária para avaliar e controlar o risco do uso de produtos e substâncias de interesse da saúde;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal nº 14.255 de 09 de maio de 2012, que " Dispõe sobre a notificação obrigatória de efeitos colaterais, não previstos nas bulas, decorrentes do uso de qualquer medicamento, seu encaminhamento às Agências de Saúde e providências a serem tomadas."

**CONSIDERANDO** que a Secretaria de Saúde, desde 2007, estabeleceu o Protocolo de Farmacovigilância e Tecnovigilância nas Unidades de Saúde de atenção primária e secundária de gestão municipal;

**CONSIDERANDO** a importância de desenvolver análise sistemática das notificações e divulgação de informações sobre eventos adversos e desvios de qualidade.

**CONSIDERANDO** que para a investigação das notificações e providências decorrentes é necessário um trabalho sistematizado, interdepartamental, com responsabilidades definidas e de ação rápida,

#### **Resolve:**

**Artigo 1º.** Aprovar, no âmbito desta pasta, a estrutura e funcionamento da Comissão de Farmacovigilância e Tecnovigilância da Secretaria Municipal de Saúde.

**Artigo 2º.** A Comissão de Farmacovigilância e Tecnovigilância - CFT - da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas / SP é de natureza técnico-científica-administrativa e permanente.

**Artigo 3º.** A CFT tem como objetivo de qualificar o monitoramento e investigação de casos decorrentes das notificações de desvio de qualidade e evento adverso, relacionados a medicamentos, produtos para saúde, cosméticos e saneantes, emanados da rede municipal de saúde, resultando na proteção da saúde dos usuários e contribuindo na melhoria da qualidade dos produtos adquiridos, utilizados e dispensados nas Unidades de Saúde.

**Artigo 4º.** As atribuições da CFT são:

I. Qualificar as ações de monitoramento, avaliação e investigação das suspeitas de reação adversa e de suspeita de desvio de qualidade de medicamentos, produtos para saúde, cosméticos e saneantes adquiridos e utilizados pela rede municipal de saúde;

II. Definir fluxos e procedimentos para a farmacovigilância, tecnovigilância, cosmetovigilância e vigilância de saneantes dos produtos adquiridos e utilizados pela rede municipal de saúde; concatenado à notificação no sistema estadual de farmacovigilância, tecnovigilância e vigilância de cosméticos e saneantes.

III. Identificar, promover e propor capacitações nas áreas de fármaco e tecnovigilância para profissionais da rede municipal de saúde;

IV. Avaliar as suspeitas de reação adversa e queixa técnica, desencadeando providências a serem tomadas pelos Departamentos da SMS;

V. Emitir pareceres de encerramento dos casos analisados pela CFT e emitir relatório anual, público, sobre as atividades desenvolvidas.

**Artigo 5º.** A CFT terá composição multidisciplinar e multiprofissional, considerando a seguinte representação:

I. Departamento de Vigilância em Saúde: 2 representantes;

II. Departamento de Saúde: 4 representantes;

III. Departamento Administrativo: 2 representantes.

**§ 1º** Os membros da Comissão de Farmacovigilância e Tecnovigilância serão indicados pelos Departamentos da SMS, cuja nomeação se dará por portaria do Secretário Municipal.

**§ 2º** Para as reuniões técnicas poderão ser convidados outros profissionais da SMS e profissionais de referência no assunto, a fim de contribuir nas discussões técnicas.

**Artigo 6º.** A Comissão terá o prazo de 120 dias para estabelecer seu regulamento interno.

**Artigo 7º.** *Revoga a Portaria 01 de 23 de janeiro de 2018.*

**Artigo 8º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campinas, 13 de junho de 2022

**DR. LAIR ZAMBON**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE